

TEMA: “Comissão para África em Moçambique: Uma reflexão em torno dos progressos na implementação das recomendações do Relatório”

Nota Introdutória: o presente relatório visa apresentar a síntese do encontro de reflexão da sociedade civil sobre os progressos alcançados na implementação das recomendações do relatório do CFA. O encontro foi realizado no dia 15 de Fevereiro de 2006 no Hotel Tivoli (Cidade de Maputo), onde para além, das organizações da sociedade civil, foram convidados a participar na discussão membros do Governo e parceiros de cooperação internacional. Dada a importância de se saber o posicionamento tanto do governo como dos parceiros, foram convidados a fazer parte do painel dos oradores os representantes dos Ministérios de Finanças, Plano e Desenvolvimento e Industria e comércio, assim como, a Embaixada da Rússia e o consulado da Grã-Britanha.

Este documento, para além de apresentar e sistematizar a informação fornecida pelos oradores principais do encontro, irá apresentar os principais pontos discutidos por outros intervenientes do encontro. Assim, para uma melhor compreensão, apresentamos a seguir o contexto que caracterizou a criação do CFA.

Contextualização

O ano de 2004 inicia com uma grande novidade nas agendas de desenvolvimento de África.

Após décadas de estagnação política e económica, resultantes do efeito colateral da Guerra Fria e de uma Ordem Económica Mundial nefasta aos propósitos dos países em vias de desenvolvimentos, África começa gradualmente a erguer-se e recuperar o seu espaço no *concerto das nações*: Esta recuperação esta intrinsecamente ligada a

emergência de uma nova geração de líderes não apenas comprometidos com a paz e democracia no continente, mas também com a redução da pobreza, sendo este último objectivo, dependente do estabelecimento de uma Nova Ordem Económica baseada na cooperação internacional, onde países ricos e pobres possam partilhar responsabilidades e interesses com benefícios mútuos. A resposta internacional e principalmente dos países ricos, a este esforço africano, (ainda que de forma tendenciosa) tem sido positiva e progressista, sendo a *Comissão para a África* a confirmação disso.

A Comissão para África foi lançada pelo Primeiro-ministro britânico Tony Blair, como iniciativa que visa acelerar o progresso “rumo à uma África forte e próspera.” Com a Comissão pretendia-se gerar um maior apoio à iniciativa NEPAD- Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, ao Plano de acção do G8 para África, bem como, o Cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a outros processos que contribuam para a redução da pobreza em África.

A iniciativa ganhou maior expressão, em 2005, com o lançamento do “Relatório da CFA”, subordinado ao tema *o nosso interesse comum*; fruto de análises, debates e contribuições de um leque variado de intervenientes, dentre os quais, políticos, académicos, intelectuais e sociedade civil. Sob forma de recomendações este relatório apresentava linhas de orientação para a criação de um conjunto de condições favoráveis a implementação de iniciativas de desenvolvimento em África. Desta feita, e tendo como pressuposto base o princípio orientador segundo o qual “*os africanos devem assumir a responsabilidade mor na resolução dos problemas africanos e a comunidade internacional deve criar um ambiente externo que os permita cumprirem com essa responsabilidade*”, o relatório CFA faz apresenta as seguintes recomendações: os **Estados Africanos** devem *melhorar significativamente a sua governação e desenvolvimento institucional, consolidar a paz e segurança, desenvolver políticas inclusivas investindo nas pessoas, apostar no crescimento rápido inclusivo e favorável às camadas vulneráveis*, recaindo aos **países mais ricos**, especialmente o **G8**, a responsabilidade de, *criar condições para o estabelecimento de regras justas para o comércio, para o cancelamento da Dívida Externa e, sobretudo, disponibilização de mais e melhores apoios (financeiros) aos programas de desenvolvimento em África*. O grande

mérito do relatório é que, para além de lançar um conjunto de recomendações aos governos africanos, lança um apelo à necessidade da comunidade internacional assumir uma responsabilidade na busca de opções políticas viáveis/favoráveis ao desenvolvimento dos Países africanos.

Desde então, vários esforços foram feitos a nível internacional e continental no sentido de materializar as recomendações emanadas do relatório, que mesmo, sem ter um carácter vinculativo, teve o acolhimento das lideranças políticas pelo menos a nível da União Africana e do Governo Britânico. No caso britânico, e aproveitando as oportunidades decorrentes da presidência, tanto da União Europeia e como do G8, o Governo de Blair procurou influenciar a agenda destes fóruns, pelo menos em torno de três questões chave, nomeadamente: Perdão da dívida, mais e melhor assistência ao desenvolvimento, e melhores regras para comércio internacional. Nesses domínios, vários foram os progressos alcançados, havendo no entanto a incerteza sobre até que ponto, esses progressos respondem aos anseios de África.

Conscientes da importância deste relatório e reconhecendo as oportunidades que daí advêm, a sociedade civil africana, decidiu não permanecer alheia ao processo e procurou de várias formas participar activamente na materialização dessas recomendações. Foi neste contexto, que a FDC em parceria com a CIVICUS realizou em Abril de 2005, um encontro internacional da sociedade civil, essencialmente, para a divulgação do Relatório da CFA como um instrumento de orientação das acções de desenvolvimento em África, bem como estudar formas de se envolver cada vês mais neste processo.

Passado um ano, após o lançamento do relatório da CFA, a SC moçambicana, vê o início de 2006 como sendo um momento ideal para uma reflexão (conjunta) acerca dos progressos na implementação das recomendações do CFA em África e, em particular o caso de Moçambique. Entre a cimeira do G8 de Gleneagles até a Conferência Internacional da Organização Internacional do Comércio, passando pela cimeira da UE e a da ONU sobre os progressos nos MDGs, várias foram as decisões tomadas com impacto sobre a África. Na óptica da SC moçambicana, urge fazer uma avaliação dessas decisões, na tentativa de analisar, até que ponto foram relevantes, ou seja, que efeito positivo causou no continente e em Moçambique em particular. Por outro lado, a SC questiona sobre o seguimento a ser dado as recomendações da CFA, uma vez que tanto a

presidência do G8 como da UE já não estão sob controle do Governo de Blair e consequentemente, os novos líderes poderão ter outras agendas marginais para África.

Estes cenários suscitaram algumas inquietações por parte da OSC tais como: será que a ascensão da Rússia poderá significar a continuidade ou corte nos avanços alcançados pela antiga presidência Britânica no G8? Que implicações poderá isso trazer no cumprimento das recomendações do CFA? Como é que as OCS poderão influenciar as decisões do G8 com a Rússia na presidência?

A sociedade civil deseja de colher alguma vantagem tangível da “Iniciativa CFA” e conquistar um melhor posicionamento diante dos novos acontecimentos, pretende dar continuidade as actividades realizadas no ano passado, preferindo, desta feita, iniciar com um encontro de reflexão conjunta. O governo, as organizações da sociedade civil e parceiros de cooperação internacional, foram os principais participantes no encontro, esperando-se que cada um dos actores de acordo com a sua área de intervenção apresentasse de forma concreta a sua contribuição nos objectivos preconizados no relatório. O que poderá contribuir para o fortalecimento das intervenções, no seguimento das recomendações avançadas no Relatório da CFA, em particular a Redução da Pobreza Absoluta no País.

Pontos Discutidos no Encontro

1. As recomendações do CFA e o PARPA II

Ministério de Plano e Desenvolvimento _ Dra. Cristina Matusse.

A apresentação do ministério de Plano pretendia demonstrar a relação que existe entre as Recomendações do CFA e o PARPA II. Para tal, a Dra. Cristina começa por afirmar que todo compromisso internacional assumido pelo país tem sua reflexão no planeamento interno, onde além do CFA, pode-se ainda incluir os MDGs no rol de compromissos externos que orientam a planificação interna. Olhando para o caso específica das recomendações do CFA, observa-se que apesar de as Recomendações do CFA não serem até então assumidas oficialmente de forma directa, os assuntos levantados no Relatório estão integradas dentro de planos do governo, sendo que estes apontam problemas que

não constituem nenhuma novidade e a sua resolução já está prevista nos planos do governo. Olhando para o contexto nacional, grande parte das recomendações, segundo Dra. Cristina, conheceram avanços assinaláveis na sua implementação, a destacar: Redução da Pobreza de 69.4% para 54.1% entre 1996/7 e 2002/3; Expansão da Economia Moçambicana; Expansão dos serviços básicos fornecidos pelo Estado em Sectores Prioritários; Crescimento e alinhamento da ajuda externa adequada à estratégia do Governo. Entretanto, advertiu Dra. Cristina, coloca-se um grande desafio na implementação das recomendações, não havendo um plano de acção concreto a orientar a implementação das medidas previstas no CFA. O desafio consiste na definição de um mecanismo de monitoria e avaliação do nível de cumprimento das recomendações do CFA na área de comércio externo.

2. “Mais Comercio e Comercio Justo”

Ministério de Industria e Comércio_ Dra. Cerina Banú.

Para a Dra. Cerina, colher vantagens no Comércio externo esta profundamente relacionado com o aumento da produção interna. Em Moçambique, onde cerca de 70% da população vive de agricultura familiar, o grande desafio que se coloca é a transformação da agricultura familiar para uma agricultura comercial, de modo a conseguir criar bases para a colocação do produto nacional no mercado internacional. O problema que Moçambique enfrenta na colocação dos seus produtos no mercado internacional não é o de falta de acesso ao mercado, sendo este país PMA, tem tido acesso preferencial no mercado, no entanto, o problema reside na capacidade de produzir com a qualidade exigida no mercado internacional e a preços competitivos. O elevado custo de produção do produto nacional, como é o caso de açúcar, faz com que o produtor para colher algum lucro coloque o seu produto a preços mais elevados no mercado, acima dos preços internacionais. Deste modo, para Dra. Cerina, a questão de justiça no comércio é um tema muito complexo, que exige por parte dos países ricos um apoio directo à produção e uma eliminação dos condicionalismos ou barreiras impostas aos países pobres. O processo de produção nos países pobres deve

ainda, ter em conta o consumidor, pois este exerce um papel determinante na definição *do que produzir e como produzir*.

3. Balanço das acções desenvolvidas e Contribuições Futuras na Consolidação das recomendações do CFA.

Alto Comissariado Britânico - Louise de Sousa

Para Dra. Louise foram alcançados progressos significativos no apoio ao desenvolvimento de África no âmbito da iniciativa CFA. Um exemplo elucidativo, foi o aumento (duplicado) da ajuda em 50 bilhões de dólares americanos até 2010. Outro exemplo é o facto de a Comissão Europeia ter assumido um compromisso em aumentar os apoios a África. Entretanto, adverte que a duplicação da ajuda deverá também olhar para a capacidade do governo utilizar a ajuda doada. Os progressos alcançados no apoio ao desenvolvimento podem ainda ser vistos ao nível do perdão total da dívida em 19 países recentemente anunciada pelo FMI, esperando-se ainda para este ano, um acordo com o Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento Africano. Quanto a área do comércio, para Dra. Louise, não houve progressos significativos, tomando ainda em consideração a desilusão observada na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que não trouxe nada de novo. As recomendações do CFA também não conheceram resultados positivos na área do HIV e SIDA, apesar de ter havido grandes apoios no financiamento às actividades de cobertura aos programas de Combate a doença. Dra. Louise reconheceu ser importante o papel da Sociedade Civil, pois esta exercendo pressão aos doadores pode levar a resultados positivos no cumprimento das recomendações do CFA, não só nos seus governos mas também nos parceiros internacionais.

4. Perspectivas Futuras na agenda CFA

Embaixada da Rússia: Adido da Embaixada

Na comunicação apresentada pelos representantes da embaixada da Rússia, ficou claro que a Rússia na liderança do G8 irá seguir rigorosamente as promessas e compromissos firmados na liderança passada. A África irá ocupar um lugar especial na agenda da Rússia durante a sua liderança no G8, prevendo a realização em Moscovo da Sessão do Fórum para a Parceria com a África, programada para mês de outubro. No caso de Moçambique, a Rússia manifestou-se pronta a estudar as possibilidades de prestação de um certo apoio para a realização da Sessão de Maio do FPA em Moçambique, onde os representantes da Rússia se comprometem a participar no evento. Planeia-se ainda organizar, no âmbito da FPA, alguns eventos sobre a África com a participação de representantes pessoais dos líderes do “G-8”, visando alcançar os objectivos e cumprir as tarefas colocadas nos documentos finais das Cimeiras anteriores, em particular, no que se refere à questões de apoio aos países mais pobres. Os representantes da Embaixada da Rússia, aproveitaram a ocasião para realçar que a mesma assumiu o compromisso de cancelar a dívida dos países africanos no valor de 11,3 biliões de dólares, incluindo 2,2 biliões no âmbito da iniciativa HIPC.

5. As recomendações da CFA e implicações na programação de desenvolvimento em Moçambique_ Nuno Castelo Branco.

Para Nuno Castelo Branco, diferentemente dos diversos relatórios elaborados por instituições internacionais, tal é o caso do Banco Mundial, o Relatório da CFA traz algo de novo. Se bem que os diversos relatórios não trazem elementos práticos que resultassem em mudanças concretas, o RFA foi feito com profundidade trazendo uma abordagem completa dos problemas que afectam África. Há uma mudança na visão sobre África, um exemplo disso, é a ênfase dada na melhoria da qualidade da ajuda e não simplesmente na quantidade. Entretanto, questiona-se a necessidade de se criar um plano de acção para sustentar o relatório da CFA, Dr. Castelo Branco, defende que esta não é a preocupação que deve orientar os debates sobre iniciativas (externas) de apoio ao desenvolvimento de África. A preocupação deve ser orientada na definição ao nível interno de prioridades que vão de acordo com a nossa realidade, contrariamente ao que se

tem verificado, os países africanos tentam definir suas prioridades de acordo com as agendas definidas pelos doadores. No relatório CFA os doadores se propõem apoiar as prioridades do governo, desta feita caberá aos governos identificar com base na visão interna prioridades e negociar com os parceiros internacionais.

Outro ponto discutido na comunicação do Dr. Castelo Branco Refere-se aos Dualismo apresentado na visão do PARPA _ *Crescimento Económico e Pobreza Absoluta*. Para o autor o recurso aos apoios externos para o crescimento económico deve orientar-se para a eliminação da dependência na ajuda externa. O que se tem observado, é que quanto mais recorremos a ajuda externa para desenvolver nossa economia mais necessidade de ajuda o país precisa, ou seja, quanto mais a economia cresce, cresce mais ainda a necessidade de ajuda externa para sustentar a sua expansão. Para Dr. Castelo Branco o momento agora é pertinente para se começar a pensar que o objectivo da ajuda externa é reduzir a dependência do país, é momento ainda, de se começar a investir em sectores produtivos que permitem gerar a sustentabilidade da nossa economia. O investimento em áreas sociais deve ser feito de uma forma sustentável, a expansão da rede escolar, sanitária ou mesmo estradas deve estar profundamente ligada com o desenvolvimento económico, o que até aqui não acontece, Ex. Cresce o número de escolas, mas pouco são os professores ou mesmo recursos para custear a sua manutenção. O grande desafio que o planeamento público enfrenta agora é harmonizar todos os documentos de políticas até aqui existente, que para além de vários, são ainda complicados, citar o exemplo de ministério de educação que tem no momento cerca de 40 documentos de políticas.

Experiências dos Outros Países_ SARPN_Barbara Kalima-Phiri

Bárbara Phiri na sua comunicação esteve direccionada a relatar experiências de outros países de África que também se beneficiam da iniciativa CFA. Usando como exemplo a experiência de Zâmbia, Dra. Barbara procurou mostrar como o governo, os doadores e a sociedade civil estavam engajados no caso do CFA. Segundo a experiência reportada não houve, desde 2004 até 2005, qualquer acção de relevância realizada pelo governo da Zâmbia ou pela Sociedade Civil no cumprimento das recomendações do CFA, pelo menos de Forma assumida. O que existiu foram algumas acções como é o caso da

Monitoria e Avaliação dos programas do Governo na área da luta contra a pobreza, mas que a sua ligação não era directa ou pelo menos assumida como sendo parte das recomendações do CFA. Contudo, para Dra. Barbara, isso não significa que a Zâmbia não esteja empenhada, mas sim, trata-se de uma fase inicial em que torna-se fundamental a apropriação e interiorização dos processos e recomendações previstas no relatório.

Após as apresentações foram levantados alguns pontos de reflexão, dúvidas e comentários em torno das diversas temáticas abordadas no relatório da CFA e sua articulação com a realidade do país, dos quais registamos:

- I. Tem de haver maior apropriação por parte do governo e da Sociedade Civil das recomendações do CFA;
- II. Há necessidade de clarificar o alinhamento e harmonização entre os programas internos do governo e as recomendações do CFA;
- III. O desafio de criação de um sistema de monitoria e avaliação das recomendações do CFA em harmonia com outros instrumentos de programação ao nível nacional.
- IV. A necessidade criação de um mecanismo de prestação de contas mutuas entre os doadores e os governos Africanos.
- V. A necessidade da Sociedade Civil exercer uma forte pressão para maior responsabilidade interna e internacional, no cumprimento das recomendações do CFA.
- VI. Melhorar, não só o nível de elaboração de políticas, mas também, o nível de Implementação das recomendações do Relatório.
- VII. A necessidade do Governo apostar na expansão dos serviços da extensão Rural, de modo a melhorar a produção agrícola e trazer mais vantagens na colocação do produto nacional no mercado internacional.

Algumas Recomendações deixadas pelos Participantes

- Numa outra ocasião as organizações da sociedade civil deverão reunir e discutir linhas de intervenção no cumprimento das recomendações do CFA.
- O governo, os doadores e Sociedade Civil devem organizar encontros periódicos no sentido de promover maior cooperação na implementação e monitoria das acções no quadro das recomendações do Relatório.
- O governo deve promover encontros multi-sectoriais de discussão interna no seguimento das recomendações do CFA.

Comentários

Ficou claro no encontro que há uma vontade, por parte do governo e a nova liderança do G8 – a Rússia em dar seguimento as recomendações do CFA no País. No entanto, dos diversos pontos levantados pela sociedade civil, fez-se um apelo no sentido do governo criar uma visão e definir prioridades internas para melhor negociar e aproveitar as oportunidades criadas na Iniciativa CFA.

Quanto a recomendação sobre “**Mais Comercio e Comercio Justo** ” nota-se que tanto o Governo, como os parceiros de cooperação internacional não estão satisfeitos com os avanços alcançados. A Dra. Cerina Banú pronunciando-se sobre a necessidade de se melhorar a nível interno a qualidade de produtos comercializados, bem como a aposta na transformação da agricultura do sector familiar para agricultura direccionada ao comércio mostrou haver poucos avanços a nível interno, a nível internacional apontou a existência de barreiras (técnicas) como um dos constrangimento no cumprimento das recomendações. A Dra. Louise, também concordando com a ideia de poucos avanços citou o exemplo das últimas discussão na Organização Mundial de Comércio, que não lograram resultados positivos. A Dra. Louise, apontou ainda a área de HIV/SIDA que apesar dos apoios financeiros terem aumentado não trouxe resultados positivos.

No geral os doadores, avaliando pela duplicação do fluxo de apoio financeiro, tem cumprido as recomendações sobre “mais apoios” financeiros ao desenvolvimento,

contudo, fica ainda por analisar o ponto sobre “ Melhor apoio”. O governo, apesar de não assumir de forma directa, os seus programas enquadram-se no âmbito das recomendações do CFA. A sociedade civil está cada vês mais interessada em se envolver em acções que visem o cumprimento das recomendações do CFA, alias, este era objectivo do encontro realizado.